

# MOVIMENTOS SOCIAIS MUDAM A DINÂMICA DE ELABORAÇÃO DA LDO

Leda Rosa  
Jornalista

*2005 entrou para a história das lutas pela educação pública em São Paulo como aquele em que o processo de tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), peça que baliza o orçamento estadual no ano seguinte, sofreu mudanças significativas na sua dinâmica. Em 2004, o relator da LDO na Assembleia Legislativa dizia que o único interlocutor com o qual poderia discutir propostas era o Governo. Em 2005, o novo relator incorporou emendas que acrescentariam ao texto enviado pelo Palácio dos Bandeirantes R\$ 470 milhões ao orçamento da educação, além de outras favoráveis à saúde pública e ao funcionalismo*



**N**o início dos anos 1990, acompanhar os trâmites da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) era trabalho para sindicalistas obstinados. Mesmo com a determinação da Constituição de 1988, que estabelece a análise do Legislativo e a participação popular na discussão do projeto elaborado pelo governo do Estado, o tema ainda estava longe do coti-



*Galerias da Alesp lotadas por estudantes em 2005, pela derrubada do veto de Alckmin na LDO-2006*

diano da sociedade. Tanto que a participação de algumas entidades consistia em apresentar as reivindicações da categoria em reuniões nos gabinetes de deputados.

Intervenções mais combativas só aconteceriam a partir de 2001, primeiro ano das audiências públicas da LDO na Assembléia. Nos anos seguintes o mecanismo das audiências públicas foi sendo consolidado em reuniões em diversas regiões do Estado, capi-

taneadas pela Secretaria de Economia e Planejamento e contando com a presença de representantes do governo dos municípios, além de lideranças sindicais e populares. Porém, basicamente as audiências públicas se caracterizavam como encontros nas cidades-sede das regiões, entre membros do Executivo e Legislativo, em que se apresentava em linhas gerais o projeto de LDO e solicitava-se sugestões e contribuições das

entidades, prefeitos, vereadores e sociedade local. Para se ter uma idéia da baixa representatividade das categorias nas primeiras audiências, as questões que envolviam o funcionalismo público sequer constavam da pauta.

Em janeiro de 2005, uma surpreendente combinação de forças na Alesp muda o quadro que dava maioria ao governador Geraldo Alckmin (e conferia ao PSDB um poder monocrático). A aliança

Daniel Garcia



**Deputado Rodrigo Garcia (PFL), presidente da Alesp**

PT-PFL arrebatou das mãos do Executivo postos estratégicos, fazendo do deputado Rodrigo Garcia (PFL) o novo presidente da casa, derrotando assim o candidato do governador, deputado Edson Aparecido (PSDB). Substituiu o comando de um dos pilares da política fiscal do governo Alckmin, a Comissão de Orçamento e Finanças (COF): assume sua presidência o deputado José Calдини Crespo (PFL), e é designado relator da LDO de 2006 o deputado Edmir Chedid (PFL), ambos alinhados com Garcia.

Na nova configuração da Alesp, cabe a Chedid, assim, a tarefa de elaborar o parecer sobre o estratégico projeto de lei do Governo, acatando ou não as emendas de seus colegas. Durante dez anos o cargo fôra ocupado pelo deputado Roberto Engler (PSDB), que ficou conhecido por rechaçar, sistematicamente, quase a totalidade das emendas da oposição, chegando a declarar, publicamente, que seu único interlocutor era o Governo.

## PFL NO PODER FALA EM "ABRIR CAIXA-PRETA" DAS UNIVERSIDADES

Uma das expectativas das entidades ligadas à luta por mais verbas para a educação na LDO refere-se ao comportamento dos deputados do PFL. A postura mais independente será mantida, apesar de o partido ocupar agora o Governo do Estado, com Cláudio Lembo, e apesar das eleições de outubro de 2006? O deputado Edmir Chedid garante que sim. "Como líder do PFL eu defendo da mesma forma que no ano passado, e no que depender de mim vou fazer a discussão da LDO se dar a partir dos patamares aprovados pela Casa em 2005".

Para Chedid, o único fator que pode atrapalhar o processo é o sumiço dos reitores. "Ficaram de visitar a CFO, abrir a caixa-preta das universidades, assumiram este compromisso e até agora não cumpriram. Estamos esperando. Dizem que gastam os recursos financeiros na maioria com pessoal, que não existe verba para nada. Aguardamos a vinda deles para abrir a discussão. Quando não se tem nada a esconder fica mais fácil o diálogo. Seria importante até para que pudéssemos defender com mais clareza e transparência. Claro que ninguém suspeita de nada, a questão é tomar mais conhecimento do que realmente acontece, para onde vão os recursos, o que é que eles gastam, o que precisa ser feito", diz Chedid.

O deputado Renato Simões, ex-líder da bancada do PT, diz que o quadro é novo e inspira maior grau de mobilização da sociedade, dos reitores e dos movimentos sociais por mais verbas para a educação, além de maior esforço de articulação política nossa na Casa, com o objetivo de ganhar cada vez mais deputados para esta bandeira. "Evidentemente que o ano eleitoral joga a nosso favor, na medida em que votações impopulares na boca da eleição podem comprometer as perspectivas eleitorais de muitos deputados. Portanto, isto sempre é um elemento que pode ser utilizado de forma favorável pelos movimentos sociais".

Consultada pela *Revista Adusp*, a reitora Suely Vilela, presidente do Cruesp, informou, através de sua assessoria de imprensa, que não poderia se manifestar por falta de tempo. Mesma razão apresentada pelas assessorias dos deputados Edson Aparecido, Roberto Engler, Vaz de Lima e Sidney Beraldo, todos do PSDB.



Choque da PM investe contra manifestantes

A novidade traduz-se na realização de 49 audiências públicas em todo o Estado, em cidades-sede de regiões administrativas. Os encontros da COF com a população marcam o início de debates sobre o projeto de lei orçamentária que o governador Alckmin enviou à Alesp em abril. Nas discussões, a peça adquire feições regionalizadas e passa a expressar as reivindicações de entidades sindicais e populares. Cada deputado passa a ver acatadas emendas “pontuais”, até um valor total de R\$ 2 milhões, ao mesmo tempo em que as emendas de bancada e coletivas (regionais, por exemplo) são valorizadas e incorporadas à peça orçamentária.

A nova metodologia aponta demandas urgentes, como as rela-

tivas à saúde e à educação. Não se pode esquecer que em 2001 a CPI da Educação realizada na Alesp concluiu que a gestão de Covas (1995-1998) deixara de investir mais de R\$ 4 bilhões no setor. Em todas as audiências de 2005 são cobradas mais verbas para as universidades estaduais e para as unidades do Centro Paula Souza (Ceeteps). Além de abrir canais para a participação popular, reforçando o preceito constitucional e a vocação regionalizada do debate orçamentário, a extensão das audiências públicas presenciais marca um claro contraste com o espaço aberto pelo Executivo paulista para o acolhimento das sugestões da população, circunscrito à internet.

*Diante da movimentação, os próprios reitores vêem-se impelidos a comparecer à Alesp para reforçar, ainda que timidamente, a atuação do Fórum das Seis nas negociações por maiores repasses de verbas para as universidades*

As mudanças na Alesp combinam-se com uma forte mobilização do Fórum das Seis e de outros movimentos sociais, que por mais de um mês conseguem levar àquela casa

milhares de manifestantes, lotando as suas dependências e pressionando os deputados governistas. O Fórum das Seis adota a tática de propor aos deputados duas emendas que aumentam o repasse da cota-parte do ICMS para as universidades públicas — uma, de 9,57% para 11,6%; outra, de 9,57% para 10,6%. Outra emenda proposta define a destinação de um percentual fixo para o Ceeteps.

Diante da movimentação, os próprios reitores vêem-se impelidos a comparecer à Alesp para reforçar — ainda que timidamente — a atuação do Fórum das Seis nas negociações por maiores repasses de verbas para as universidades. Foi assim que, pela primeira vez na história do Cuesp, no dia 14 de junho, em audiência com o presidente da Alesp, o presidente da COF e vários outros deputados do PFL, PSDB, PT, PSB e PCdoB, o reitor da Unesp, Marcos Macari, então presidente do Cuesp, o reitor da Unicamp, José Tadeu Jorge, e o então vice-reitor da USP, Hélio Nogueira da Cruz, manifestam de viva voz seu apoio às emendas à LDO apresentadas pelo Fórum das Seis. No dia 16 de junho, quando a COF realizou a sexta e última audiência pública da LDO de 2006, o presidente do Cuesp volta a comparecer e, convidado a fazer parte da mesa, afirma que “o oferecimento de mais recursos, para atender à demanda social, o grande papel da universidade pública, se faz necessário”.

Ao final dessa mesma audiência, diante de um plenário lotado de manifestantes, uma surpresa: o deputado pefelista Caldini Crespo faz uma autocrítica de seu próprio passado

de — nas suas próprias palavras — “deputado submisso” ao Governo estadual. Explica que, desde a eleição do novo presidente da Alesp, os parlamentares passaram a dividir-se em três grupos: a oposição, formada principalmente pelos deputados do PT; um grupo de situação “com autonomia”, formado pelos deputados do PFL, entre os quais ele obviamente se inclui; e um grupo de situação, formado pelos deputados do PSDB, aos quais ele chama de “base alienada” do Governo.

Finalmente, a COF aprova, por maioria (5 votos a 4), no dia 30 de junho, o relatório de Chedid, que incorporou ao projeto original enviado pelo Palácio dos Bandeirantes mais de 600 emendas e subemendas, selecionadas entre as 3.779 apresentadas. Assim, na LDO de 2006 as verbas para a Educação são ampliadas de 30% para 31% da receita tributária. USP, Unesp e Unicamp receberiam, em conjunto, 10% da cota-parte do ICMS, ao invés dos 9,57% dos anos anteriores. E, pela primeira vez, inclui-se uma dotação de 1% da cota-parte do ICMS para o Ceeteps. O relatório suprime o Artigo 29 do projeto do Executivo, que impunha o pagamento da parte patronal do Ipesp às universidades, sob pena de haver desconto deste montante na fonte dos repasses às universi-



**Passeata percorre a Avenida Paulista**

dades estaduais. O pagamento dos aposentados tem sido feito com os recursos destinados às universidades estaduais, sem contribuição específica alguma do Executivo em relação à conta da Previdência.

Conquistada a aprovação pela COF, resta levar o relatório de Chedid à votação em plenário, diante da reiterada recusa de Alckmin em negociar. Começam então as muitas escaramuças entre governistas e oposição, esta reforçada pelos “situacionistas autônomos”... O Governo ainda tem força suficiente para criar todo tipo de obstáculos em plenário. O equilíbrio entre situação e oposição é grande, e não há segurança quanto ao voto de alguns depu-



Deputado Engler (PSDB) desespera-se e protesta contra a mesa durante votação na CFO em 2005. Deputado Chedid (PFL), novo relator, aparece em primeiro plano

tados muito próximos do Palácio dos Bandeirantes.

No dia 7 de julho de 2005, depois de várias tentativas frustradas, o movimento de “rebeldia” da Alesp e a intensa mobilização do Fórum das Seis culminam com a aprovação, em sessão extraordinária, do projeto de lei da LDO. No entanto, essa aprovação ocorre mediante acordo que obriga os defensores do relatório de Chedid a abrir mão de emendas importantes para a saúde pública e para o funcionalismo. E sem nenhuma garantia de que Alckmin sancionará a lei.

Assim, embora as emendas aprovadas pelo parlamento injetem ao todo R\$ 470 milhões na educação, há uma expectativa desfavorável quanto à decisão do Palácio dos Bandeirantes. Sabe-se que o governador tende a vetar o projeto, e que nesse caso haverá grande dificuldade para derrubar o veto.

*Foi preciso que tivesse início a greve convocada pelo Fórum das Seis para que a mídia despertasse para a questão “LDO” e o veto de Alckmin. Só então os jornais e emissoras passaram a dedicar atenção ao que se passava na Alesp*

Efetivamente, Alckmin publica no *Diário Oficial* de 4 de agosto o veto às emendas mais relevantes. A partir daí, setores do movimento em prol da educação e outros segmentos sindicais e populares retomam a mobilização, desta vez pela derrubada do veto. “O fato de o governador ter vetado fez com que as pessoas se mobilizassem mais. O fato de ter

uma pauta como essa fez crescer as expectativas de muita gente por retomar a luta do movimento”, diz André Kaysel Velasco e Cruz, membro da diretoria do DCE-Livre da USP.

A COF entra em cena novamente, agora para apreciar e aprovar um parecer do relator Edmir Chedid, contrário à manutenção do veto, em 16 de agosto. E, em 25 de agosto, o Fórum das Seis deflagra uma greve pela derrubada do veto. (“A greve foi uma movimentação muito importante do ponto de vista político porque se trata, sobretudo, de criar uma tradição de acompanhamento destas leis de planejamento. É muito difícil conseguir ampliar os recursos da educação, em especial num momento no qual os governos, desde o federal até o municipal, tentam utilizar os recursos onde melhor lhes convier. Na verdade, fazemos um movimento contra a maré neoliberal”, diz César Augusto Minto, presidente da Adusp.)

No dia 26 de agosto, centenas de manifestantes concentram-se na avenida Paulista e saem em passeata até a Praça da República. A partir de 30 de agosto a Alesp é palco das manifestações em vários momentos. Enquanto os trabalhadores em greve e outras categorias enchem as galerias, entoando bordões como “Geraldo, ladrão, destrói a Educação”, e acompanhando as manobras da base governista para impedir a discussão do veto, do lado de fora, a Força Tática, a Cavalaria e outros contingentes da Polícia Militar investem contra os estudantes que protestam por não conseguir entrar no Palácio Nove de Julho (onde funciona a Alesp).

A retomada da mobilização teve um importante efeito colateral: “Foi preciso que a greve das universidades tivesse início para que os meios de comunicação despertassem para a questão ‘LDO’ e o veto do Governador. A partir daí, jornais e emissoras de rádio e televisão passaram a dedicar espaço ao tema, e à existência do veto de Alckmin à educação”, registrou o *Informativo Adusp* 198, de 19 de setembro.

***A luta pela ampliação dos recursos da educação na LDO vem desde o final dos anos 80, quando foi instituída a autonomia das universidades paulistas e o percentual vinculado era de 8%***



**Deputados Caldini Crespo (PFL), sentado ao centro, e Renato Simões, Mário Reali e Ênio Tato (PT), durante votação da LDO na Comissão de Finanças e Orçamento**

“O acontecimento relacionado à greve que recebeu mais atenção por parte dos meios de comunicação foi o confronto entre manifestantes e a tropa de choque da Polícia Militar (PM) nas imediações da Assembléia Legislativa (Alesp), em 14/9, enquanto ocorria a sessão extraordinária que discutia o veto do Governador. Um repórter-cinematográfico da Tv Globo foi seriamente ferido pela explosão de uma bomba lançada pela PM, e teve o pé engessado. Um estudante, também ferido por uma bomba da PM, precisou ser medicado no Hospital das Clínicas”. Nesse mesmo dia, um numeroso grupo de funcionários e estudantes decide permanecer no plenário, iniciando uma ocupação que vai durar 24 horas.

Apesar da robusta pressão popular, no dia 28 de setem-

bro a base do governo consegue manter o veto às emendas da LDO. Para derrubá-lo teriam sido necessários os votos de 48 dos 94 deputados estaduais. A derrota parlamentar, todavia, não arrefece os ânimos, conforme pudemos verificar ao consultar lideranças sindicais do funcionalismo público. Ficou a certeza de que a mobilização popular é o melhor caminho para buscar conquistas no Orçamento.

“Nossa intenção é participar de todas as audiências públicas”, diz, sobre a LDO de 2007, Maria Márcia da Silva Kesselring, presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (Sinpresep), presença constante na Alesp em 2005. Os peritos reivindicam, entre outros itens, reajuste salarial de 35%, como forma de atrair mais gente para a área e fazer frente ao desnível sala-

rial: enquanto os profissionais de Brasília, por exemplo, recebem salários em torno de R\$ 7 mil, os paulistas ganham R\$ 3.200.

“A LDO precisa de uma programação de atividades que, além de pressionar o Legislativo, também reflita diretamente no governador, senão ele põe a Assembléia para fazer o jogo sujo. Vamos ter que pensar neste ano [2006] como aliar ações de pressão sobre os deputados e o governo”, propõe Ângelo D’Agostini Júnior, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (Sindisaúde/SP). A categoria tenta potencializar a discussão sobre a LDO de 2007 em meio à campanha salarial, cujas reivindicações incluem o combate à terceirização e ao desvio de recursos para outras áreas.

Em agosto de 2006, quando fechávamos esta edição, o Fórum das Seis mantinha sob pressão a Alesp, tendo como referência preliminar, na luta por maiores verbas na LDO de 2007, sua pauta histórica de reivindicações: elevação do repasse para as universidades públicas estaduais, de 9,57% para 11,6% da cota-parte do ICMS; fixação de um repasse de 2,1% da cota-parte do ICMS para o Ceeteps; e elevação do montante de verbas destinado à educação, de 30% para 33% da receita de impostos. A luta pela ampliação dos recursos da educação na LDO vem desde o final dos anos 80 (governo Orestes Quércia), quando foi instituída a autonomia das universidades paulistas e o percentual vinculado era de

## CONTAS DEMONSTRAM FALÁCIAS

Não há justificativa financeira para o veto de Alckmin às emendas que aumentavam as verbas da educação na LDO de 2006. A conclusão é a essência do parecer 2075/2005, sobre o veto do governador, elaborado pela CFO. No documento, entre outros pontos, os deputados discordam das razões apontadas por Alckmin como base para o veto: o excessivo grau de vinculação dos recursos orçamentários à educação, principalmente para as universidades, dificultaria de modo crescente a alocação de recursos disponíveis, comprometendo a execução de programas governamentais voltados para outras áreas prioritárias como habitação popular, saúde e ciência e tecnologia.

**Tabela 1 - Variação da Despesa Prevista do Centro Paula Souza e das Universidades Paulistas (2005/2006)**

	Orçado 2005	Orçado 2006	var. nominal	var. %
Centro Paula Souza	260.607.524	309.378.928	48.771.404	18,71%
Investimentos	39.602.000	39.911.010	309.010	0,78%
Outras despesas correntes	25.698.570	53.247.729	27.549.159	107,20%
Pessoal	195.306.954	216.219.713	20.912.759	10,71%
USP	1.990.921.522	2.246.419.071	255.497.549	12,83%
Investimentos	125.500.050	73.425.660	(52.074.390)	-41,49%
Outras despesas correntes	455.716.597	507.309.278	51.592.681	11,32%
Pessoal	1.409.704.875	1.665.684.133	255.979.258	18,16%
Unesp	948.512.819	1.034.796.628	86.283.809	9,10%
Amortização da dívida	461.708	385.025	(76.683)	-16,61%
Investimentos	60.141.788	46.598.476	(13.543.312)	-22,52%
Outras despesas correntes	223.584.424	225.904.946	2.320.522	1,04%
Pessoal	664.197.567	761.817.709	97.620.142	14,70%
Juros e encargos da dívida	127.332	90.472	(36.860)	-28,95%
Unicamp	932.667.949	944.942.936	12.274.987	1,32%
Amortização da dívida	73.449	61.250	(12.199)	-16,61%
Investimentos	10.200.040	25.150.491	14.950.451	146,57%
Outras despesas correntes	205.444.456	197.952.957	(7.491.499)	-3,65%
Pessoal	616.929.891	721.763.917	104.834.026	16,99%
Juros e encargos da dívida	20.113	14.321	(5.792)	-28,80%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006

**Tabela 2 - Variação da Despesa Total Prevista das Universidades Paulistas por Grupo de Despesas (2005/2006)**

Despesas Totais Universidades	Orçado 2005	Orçado 2006	var. nominal	var. %
Amortização da dívida	535.157	446.275	(88.882)	-16,61%
Investimentos	195.841.878	145.174.627	(50.667.251)	-25,87%
Despesas correntes	884.745.477	931.167.181	46.421.704	5,25%
Pessoal	2.690.832.333	3.149.265.759	458.433.426	17,04%
Juros e encargos da dívida	147.445	104.793	(42.652)	-28,93%
Total	3.772.102.290	4.226.158.635	454.056.345	12,04%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006.

Conforme as tabelas 1 e 2, o Ceeteps e as universidades não serão privilegiadas no Orçamento. No caso do Ceeteps, as despesas somariam apenas 0,78% (R\$ 309 mil) em relação a 2005. “As Fatecs e as ETEs foram o maior cabo eleitoral do Alckmin no último ano. Hoje, por todo o Estado há Fatecs e ETEs sendo criadas em estrutura física, mas em termos de pessoal, de investimento real em educação, auxílio de assistência estudantil, não tem nada na LDO para mantê-las”, diz o professor Milton Vieira do Prado Júnior, da Unesp e uma das lideranças do Fórum das Seis.

USP, Unicamp e Unesp não gozam de situação melhor. O investimento registrou queda de 25,87% (R\$ 50,6 milhões) em relação a 2005. “O governador disse em Marília que, para a região pobre do Estado, qualquer coisa está bom. Em seu governo foram criados sete novos *campi* da Unesp. São as chamadas *unidades diferenciadas*, parcerias com as prefeituras, que cedem o prédio e a limpeza, mas estão sempre sem dinheiro. A universidade acaba tendo que arcar com a despesa de mais um campus”, critica Prado Júnior.

**Tabela 3 - Cálculo do Percentual Aplicado nas Universidades**

Cálculo das Universidades	
USP	2.076.749.901
Unicamp	918.611.816
Unesp	959.511.418
Total (Fonte 1 - Tesouro Nacional)	3.954.873.135
ICMS - cota parte Estado	40.787.472.702
Lei Kandir	794.115.900
Total Receita	41.581.588.602
Percentual aplicado	9,511%
Percentual de 9,57%	3.979.358.029
Diferença para 9,57%	24.484.894
Percentual 10%	4.158.158.860
Diferença para 10%	203.285.725
Percentual 9,67%	4.020.939.618
Diferença para 9,67%	66.066.483
Total das despesas das Universidades	
USP	2.246.419.071
Unicamp	944.942.936
Unesp	1.034.796.628
Total (todas as fontes)	4.226.158.635
Percentual (todas as fontes)	10,16%

Elaboração: assessoria da Liderança do PT

O orçamento fica ainda mais estrangulado quando o governo propõe que as universidades incorporem a Faculdade de Química de Lorena (Faenquil, já encampada pela USP), Facul-

dade de Medicina de Marília e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, que são estaduais mas ligadas à Secretaria de Ciências e Tecnologia. No caso da USP, a falta de recursos

**Tabela 4 - Variação do gasto e do número de Aposentados na Educação (2005/2006)**

DESCRIÇÃO	2005		2006		Variação Nominal e %			
	INATIVOS	RECURSOS	INATIVOS	RECURSOS	INATIVOS		RECURSOS	
Pagamento de aposentadoria - Fundef	107.882	1.995.524.070	75.214	1.875.796.108	(32.668)	-30,28%	-119.727.962	-6,00%
Pagamento de aposentadoria - Ensino Fundamental		10.000	27.974	690.863.993	27.974		690.853.993	6.908.539,93%
Pagamento de aposentadoria - Educação	22.096	402.442.938	28.766	710.897.433	6.670	30,19%	308.454.495	76,65%
Pagamento de aposentadoria - Ciência e Tecnologia	12.178	851.957.193	12.263	849.347.867	85	0,70%	-2.609.326	-0,31%
TOTAL	142.156	3.249.934.201	144.217	4.126.905.401	2.061	1,45%	876.971.200	26,98%

Fonte: SIGEO e Projeto LOA 2006  
Elaboração: assessoria da Liderança do PT

para consolidação da expansão de vaga, reflete-se na USP Leste, que ainda padece com a falta de alguns serviços básicos.

A **tabela 3** detalha os valores do Orçamento 2006, que prevê a aplicação de 9,51% do ICMS e Lei Kandir nas universidades paulistas, contra os 9,57% de 2005 e do projeto aprovado pela Assembléia.

Ainda no parecer, a CFO frisa que as emendas previam, de forma precisa, o montante dos recursos que serão destinados a cobrir as despesas decorrentes do aumento das alíquotas. O argumento do prejuízo a outras áreas prioritárias também é rebatido pelo relator que indica a necessidade de revisão da receita realizada ao longo dos últimos seis anos, em média

6% acima da receita prevista inicialmente.

Trata-se do resultado de manobras fiscais que subestimam a receita e permitem que o governador tenha recursos livres de qualquer imposição da LDO, para aplicar de acordo com sua vontade. “A sonegação é uma questão muito delicada, não só a sonegação das grandes empresas, mas as isenções fiscais que o Governo do Estado dá para estas grandes empresas, com a justificativa de estimular a atividade econômica. Nestas duas coisas, a sonegação e a isenção, metade dos recursos do ICMS se perde. Para cada um real arrecadado com o ICMS, um se perde e o governo do Estado é complacente, já que cria diretamente esta perda ao conceder isenção

fiscal, ou é complacente com a sonegação do empresariado”, diz André Velasco e Cruz, do DCE Livre USP.

O parecer do Legislativo ainda aponta que o Estado não deve considerar, para efeito do cálculo do percentual da educação, as despesas que não guardem relação com a manutenção do ensino, tais como benefícios previdenciários, aquisição de merenda e custeio de entidades ou atividades culturais. Estes gastos são justos e necessários, mas não podem ser computados na rubrica “Educação”. No Orçamento de 2006, a suposta elevação das despesas da Educação em 14,04% foi puxada pelo aumento do pagamento de inativos, conforme **tabela 4**. O valor representa perto de 44% dos recursos destinados à educação.